Apresentação

Danila Gentil Rodriguez Cal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CAL, D.G.R. Apresentação. In: *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 21-27. ISBN: 978-85-232-1870-6.
<https://doi.org/10.7476/9788523218706.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

Este livro condensa os resultados de minha pesquisa de doutorado, intitulada “Configuração Política e Relações de Poder no Trabalho Infantil Doméstico: tensões entre os discursos dos *media* e de trabalhadoras”, defendida, sob orientação da Prof^a Dr^a Rousiley Maia, em 2014, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2015, a tese recebeu o Prêmio Eduardo Peñuela da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social (Compós), o que permitiu que ela pudesse ser adaptada e publicada em livro. Sou extremamente grata à Compós pelo reconhecimento e pela oportunidade de cumprir uma promessa que havia feito às trabalhadoras infantis domésticas que entrevistei: ressoar os discursos delas e estimular a reflexão sobre eles.

O Trabalho Infantil Doméstico (TID) é umas das formas de trabalho infantil mais difíceis de serem enfrentadas. É de complicada fiscalização, porque ocorre nos lares de famílias, e dificilmente é considerado uma atividade laboral, por estar sustentado por fatores históricos, culturais e sociais ligados a questões de gênero e raça, por exemplo.

As mobilizações pelo enfrentamento desse tipo de trabalho infantil no Brasil se iniciaram na década de 2000, estimuladas, principalmente, pela ação de organismos internacionais, tais como o Unicef e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em parceria com organizações sociais nacionais e locais – sobretudo em Belém (PA), Recife (PE), Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG) –, essas mobilizações construíram um contexto de questionamento à prática do TID e de intervenção junto a meninas¹ trabalhadoras domésticas. Por meio de ações de sensibilização e de *advocacy*, conseguiram conquistas, como a inclusão dos serviços domésticos na lista das piores formas de trabalho infantil (2008), e ainda chamaram atenção social para essa temática por meio de campanhas de publicidade e da atuação junto aos *media*. Estava delineado, portanto, um contexto público de questionamento ao TID, sustentado por organizações sociais e internacionais que atuaram como “representantes autoautorizados” (URBINATI; WARREN, 2008) de crianças e adolescentes envolvidos com esse tipo de trabalho.

E os sujeitos diretamente afetados nesse processo? Inquietava-nos essa questão.

Durante nossa pesquisa de mestrado (CAL, 2007), realizada entre 2005 e 2007, o objetivo era o de analisar de que forma havia sido construído o discurso público do TID como problema social no Pará, um dos estados que contou com projeto-piloto de enfrentamento dessa prática por meio do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico (Petid), executado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Emaús) e parceiros governamentais e não governamentais. Investigava-se, em especial, como foi organizado o processo de debate público sobre o referido assunto e o modo a partir do qual mulheres patroas de meninas trabalhadoras domésticas interagiam com esse processo deliberativo.

De forma mais específica, nosso interesse de pesquisa naquele momento foi analisar a tensão entre a abertura ou não para o embate discursivo em casos que dizem respeito a práticas sociais e culturais arraigadas, como o TID. Se, como afirmam alguns críticos da deliberação, o debate pode não levar a uma mudança de preferências e objetivos dos indivíduos, já que eles estariam preocupados apenas com seus próprios interesses, por outro lado, autores deliberacionistas

¹ Como os trabalhadores infantis domésticos são predominantemente meninas, ao longo do trabalho, usaremos os termos referentes a esse público no feminino.

apontam que o processo deliberativo pode propiciar a revisão do que é tido por certo e a construção de novos sentidos, novas interpretações para o problema em tela. Com a finalidade de analisar essa questão, recorremos à distinção delineada por Warren (2006) entre a deliberação diplomática e o agonismo deliberativo. Segundo esse autor, a primeira busca criar um terreno de entendimento mínimo, que não exacerba as discordâncias e faz com que se mantenha aberta a possibilidade de diálogo, enquanto que a segunda pressupõe o acirramento dos desacordos e a expressão sincera dos pontos de vista como único modo de desestabilizar “falsos consensos” e de haver uma discussão de fato. Com essa distinção analítica de pano de fundo, realizamos aquela investigação a partir de três eixos: a) construção do discurso contrário ao TID pelo próprio Petid em documentos e campanhas de publicidade; b) debate público a respeito do TID nos *media* (2000-2004) e c) interação entre mulheres patroas e esse discurso contrário ao TID, expresso em campanhas de publicidade em no debate midiático.

Concluímos que o Petid havia construído, de modo diplomático, o discurso do TID como um problema social, evitando, assim, um confronto mais agonístico com discursos e sujeitos que defendiam essa prática. Observamos ainda que os jornais, de forma geral, compartilharam a postura deliberativa diplomática do Petid ao procurarem estabelecer um diálogo indireto com os discursos legitimadores do TID, sendo que esses últimos não tiveram espaço no noticiário. Assim, a abordagem dos jornais buscou não acirrar os desacordos e estabelecer certa pressão social sobre os que incentivam o TID. Após a realização dos grupos focais com patroas de diferentes classes sociais, concluímos que a postura diplomática do Petid e a repercussão midiática das ações de enfrentamento não contribuíram efetivamente para estimular uma reflexão crítica das patroas sobre aquele tipo de trabalho infantil. Apesar de toda a tematização pública estimulada pelo Programa e pelos textos da mídia sobre o TID como um problema, isso não implicou mudança de posicionamento por parte dessas mulheres a respeito do TID. A resposta que elas deram a essa questão foi a diferenciação entre o trabalho doméstico “normal” de meninos e meninas, que ocorria em suas casas, e a exploração desse trabalho, que era noticiada pela imprensa e combatida pelo Petid.

Nossa pesquisa de doutorado, por sua vez, investigou a questão dos concernidos pelo TID de modo distinto. Buscamos aprofundar a compreensão sobre os processos e relações que sustentam esse tipo de trabalho infantil e fazemos com que ele seja de complexa problematização e de difícil resolução. Supomos que as

maneiras pelas quais trabalhadoras infantis domésticas são posicionadas nessa teia discursiva e o modo como elas próprias interpretam o TID e atribuem lugares a si influenciam significativamente esse cenário mais amplo. Assim, por ter sido iniciado o processo de combate ao TID, sobretudo por ações de *advocacy* e, portanto, de modo externo às trabalhadoras infantis domésticas, pareceu-nos essencial questionar: qual o lugar atribuído a esses sujeitos diretamente afetados pelo TID nessa discussão? Quais os sentidos que elas constroem acerca do TID? E quais as reverberações disso para a configuração política do TID?

Ao estudarmos a literatura sobre esse tipo de trabalho infantil, identificamos que ele é abordado, principalmente, como uma forma de dominação, porque sujeita crianças e adolescentes ao poder dos patrões e os expõe a privações e violências. (ALBERTO et al., 2009; BLAGBROUGH, 2008; LAMARÃO, 2008) Assim, a posição atribuída aos indivíduos que o exercem é marcada pela subordinação e subalternidade. Autores como Carneiro e Rocha (2009) e Souza (2009) argumentam que haveria “consensos inarticulados” que atuariam na reprodução silenciosa de toda uma classe de despossuídos a qual ele chama de “ralé”, de tal modo que as próprias vítimas não pudessem perceber com clareza a própria condição. Sobre proposições dessa natureza, consideramos mais nuançada a perspectiva de Honneth (2007, 2012a) a respeito do reconhecimento ideológico, que permite entendermos os posicionamentos e os argumentos que subjazem à concordância dos sujeitos a lógicas e práticas que podem ser opressivas. Essa forma de reconhecimento baseia-se em um sistema de crenças em que as promessas pareçam críveis, possam atribuir algum valor positivo aos sujeitos e proporcionem a conquista de um novo valor. (MAIA; CAL, 2014) Entretanto, há uma grande distância entre o reconhecimento ideológico, que justificaria o assentimento a padrões de dominação, e o polo oposto, que seria a luta política empreendida pelos próprios afetados. Entre um e outro, acreditamos que pode haver um espaço social marcado por resistências, subversões, demonstrações de injustiça e construção de solidariedade. Nossa pesquisa se preocupa com a discussão desse lugar e das relações de poder que o constroem.

A partir desse contexto, nosso problema de pesquisa consiste em analisar como as relações de poder atuam na configuração política do TID, tanto a partir do ponto de vista das próprias envolvidas quanto no âmbito de visibilidade ampliada dos *media*, num contexto social em que grupos de *advocacy* constroem uma luta pública contra esse tipo de trabalho infantil e contam com apoio dos *media*.

Para tanto, fez-se necessário ir além da ideia de poder como dominação. Recorremos, então, à sistematização da teórica feminista Amy Allen sobre as perspectivas acerca do poder, de modo que fosse possível o entendimento do processo pelo qual mulheres podem ser consideradas tanto vítimas quanto resistentes ou sujeitos políticos no contexto de uma mesma prática ou norma. (ALLEN, 2000) A autora distingue três faces analíticas do poder: *power over*, *power to* e *power with*.² No centro dessas definições estão, respectivamente, a dominação, a resistência/empoderamento e a solidariedade. A nosso ver, cada uma delas traz diferentes repercussões para a configuração política do TID. Com objetivo de ampliar a compreensão sobre a politização do TID, realizamos ainda uma discussão sobre o conceito de “político”, a partir, principalmente, das perspectivas de Habermas (2003), Mansbridge (1999, 2009) e Honneth (2003).

Organizamos nossa pesquisa em dois eixos específicos: a) tematização pública do TID no espaço de visibilidade dos *media*, por considerá-lo um ambiente externo aos sujeitos, mas com possibilidade de expressão deles, e também por ser um espaço privilegiado para observar a construção e mobilização de significados partilhados a respeito do TID; b) discursos de trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas a respeito dessa prática, apreendidos por meio de grupos focais. No total, foram investigadas 136 matérias jornalísticas publicadas nos principais jornais locais (*O Liberal* e *Diário do Pará*), entre 2000 e 2009, e realizados sete grupos focais com meninas e mulheres diretamente afetadas pelo TID de distintos perfis: desde adolescentes não ligadas a projetos sociais a ex-trabalhadoras infantis domésticas hoje adultas e sindicalizadas. Dessa forma, não se trata de uma pesquisa de recepção, mas que investiga como discursos construídos e em circulação nesses dois âmbitos comunicacionais se processam de modo a reverberar na politização do TID.

Como referencial metodológico mais amplo, partimos da sugestão feita por Allen (2000) e examinamos o modo pelo qual as relações de poder participam da constituição de a) lugares e posicionamentos para os sujeitos, b) significados culturais e c) práticas sociais. Por meio de um processo sistemático e reflexivo de tensionamento entre o material empírico e as concepções teóricas sobre poder, construímos quadros próprios a partir dos quais poderíamos identificar marcas

2 A tradução literal seria “poder sobre”, “poder para” e “poder com”. Discutiremos essas definições no terceiro capítulo.

textuais dessas relações de poder nos textos dos *media* e nas interações nos grupos focais. Durante esse processo, também evidenciamos algumas temáticas preponderantes tanto na cobertura jornalística quanto na fala das entrevistas e organizamos a discussão e apresentação dos resultados a partir de três grandes temas: definições acerca do TID; vivências no TID e projeções de futuro e responsabilidades.

Sobre o processo de pesquisa, um dos pontos que mais nos preocupou foi como ouvir meninas e mulheres envolvidas com o trabalho infantil doméstico de modo a não reforçar a opressão e, ao mesmo tempo, fazendo com que elas se sentissem confortáveis para manifestar suas opiniões e posicionamentos. Fizemos um longo investimento metodológico nessa área e avaliamos que o modo mais apropriado para ouvir essas meninas e mulheres era por meio de grupos focais, por permitirem o diálogo e a interação não apenas com o pesquisador, mas também com as outras entrevistadas (BARBOUR, 2009; MARQUES, 2007; MORGAN, 1997), que, nesse caso, haviam passado pela mesma situação de trabalho infantil. Por meio dessa dinâmica interativa, acreditávamos que relações de poder poderiam ser desveladas, reforçadas e mesmo questionadas.

Outra questão também nos inquietou: depois de ouvi-las, como analisar essas falas e como apresentá-las no livro de modo a não restringi-las a um lugar de objeto? Spivak (2010) chama atenção para o papel dos intelectuais que desejam falar em nome do outro e, ao fazerem, acabam por relegar esse outro à condição de subalternidade, ao reforçar estruturas opressivas que o, de fato, silencia. Há, assim, “o perigo de se construir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro”. (ALMEIDA, 2010, p. 13) Para lidar com esse problema, seria necessário construir espaços de interlocução a partir dos quais o subalterno possa falar e, principalmente, ser ouvido. Sobre esse assunto, Alcoff (1991) afirma que “devemos nos esforçar para criar, sempre que possível as condições para o diálogo e a prática de *falar com* vez de *falar pelos* outros”. (ALCOFF, 1991, p. 23, tradução nossa, grifos nossos) Nesse esforço de “falar com” meninas e mulheres afetadas pelo TID, cotejamos suas falas e posicionamentos ao longo do livro, procurando atribuir-lhes o papel ativo que tiveram na construção deste trabalho.

§

Gostaria de registrar os seguintes agradecimentos: à Prof^a Rousiley Maia, pela amizade, interlocução e aprendizado ao longo de mais de 10 anos; às professoras Flávia Biroli, Ângela Marques, Kelly Prudêncio e Simone Rocha pelas contribuições que fizeram à tese e à minha trajetória acadêmica; ao Prof. Paulo Nunes, pesquisador e artista das Letras na Amazônia, que, de modo muito generoso, presenteou-me com o posfácio deste livro; aos amigos da Universidade da Amazônia (Unama), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); aos queridos integrantes do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Subalternidade (ComSub/Unama), em especial a Vallena Correia pela leitura atenta; aos profissionais da Edufba pelo cuidado na produção deste livro; ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Emaús) pela parceria; e à *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP) por ter publicado o artigo “Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de *advocacy*” (v. 2/2015), que apresenta resultados parciais da pesquisa que originou este livro.